

# A Construção do Projeto Político-Pedagógico

Gilcéia Leite dos Santos Fontenele \*

**A**tualmente muito se fala sobre a construção e a importância do projeto político-pedagógico para o melhor desenvolvimento das atividades escolares. Porém, é preciso ficar claro que a escola - como centro de desenvolvimento e de construção da cidadania - deve ter como base um projeto que garanta a transformação social, tendo como meta a formação de indivíduos críticos e reflexivos. É nesse contexto que o projeto político-pedagógico ganha destaque, por definir um norte para a prática pedagógica e atuar como um guia para a melhoria da qualidade do ensino.

Nessa linha de raciocínio, Veiga (2002) estabelece que o projeto político-pedagógico busca um rumo, define uma direção, apresentando-se como uma ação intencional, figurando-se como um compromisso definido coletivamente. E, para essa autora, tal projeto é um ato político, uma vez que enseja um compromisso com a formação de um cidadão participativo e responsável, capaz de mudar sua realidade social. Contudo, para que esse projeto se desenvolva de maneira exitosa, faz-se necessária a participação coletiva de todos os atores envolvidos no processo educativo escolar, onde - através de uma relação dialógica - todos os integrantes dessa comunidade irão estabelecer metas, objetivos e caminhos a serem seguidos.

É importante ressaltar que o projeto político-pedagógico representa a autonomia da escola, e que é através desse projeto que ela estabelece a sua identidade. Para Veiga (2001, p. 57), “(...) pensar o projeto político-pedagógico de uma escola é pensar a escola no conjunto e sua função social.” Portanto, o que melhor garante que esse projeto se efetive é a participação de todas as pessoas envolvidas no trabalho pedagógico, fazendo parte de sua elaboração, execução, efetivação, implementação e avaliação.

Analisando a importância e as funções do projeto político-pedagógico, observar-se-á que esse documento deve se estabelecer na prática escolar, ou seja, deve se fazer em ações a serem desenvolvidas pela escola no sentido de buscar a qualidade educativa. É como Veiga (2001, p. 56) determina: “(...) o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação, que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar.” Nesse sentido, muitas escolas constroem, enganosamente, um projeto para cumprir as exigências estabelecidas por órgãos superiores, elaborando um documento que ficará engavetado e que jamais será colocado em prática, transformando-se num termo burocrático sem relação com a realidade escolar onde foi construído.

---

\* Gilcéia Leite dos Santos Fontenele é professora de Atividades da SEEDF, e atua como Coordenadora Pedagógica da Escola Classe 03 do Núcleo Bandeirante. Ela possui graduação em Administração Escolar e Orientação Educacional (UCB), Especialização em Administração da Educação (UnB) e em Coordenação Pedagógica (UnB).

---

Para que a escola se torne num espaço verdadeiramente democrático, deve-se dar abertura para a participação da comunidade, pois ela tem muito a colaborar na construção e no desenvolvimento dos projetos escolares. Nesse sentido, Gadotti (2004, p. 96) estabelece que

“(...) a gestão democrática (...) se constituirá numa ação prática a ser construída na escola. Ela antecederá à elaboração do projeto político-pedagógico (...)”

E, seguindo as ideias deste citado autor, encontram-se as afirmações de Paro (2005, p. 17), quando ele afirma que

“(...) a escola como estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população escolarizada tiver acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar.”

Portanto, a participação da comunidade é de fundamental importância, sendo necessário superar os entraves que dificultam esta participação efetiva. Mas Paro (2005) afirma, também, que a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra muitos obstáculos para que seja realmente concretizada, e o primeiro deles é a própria constatação dessa necessidade. Dessa forma, é necessário estar preparado e não desistir na primeira dificuldade que apareça.

É importante ressaltar que a participação da comunidade é que irá garantir a construção da autonomia, assim como a democratização do poder. Para Gadotti (Cf. 2004, p.16), a participação contribui para a democratização das relações de poder no interior da escola e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ensino. Contudo, ele insiste em dizer que existem muitos obstáculos na elaboração do projeto político-pedagógico e, dentre eles, po-



Foto: Tim Evans - Pixabay

de-se destacar: a pouca experiência democrática; a estrutura verticalizada dos sistemas educacionais; autoritarismo; tipos de liderança; dentre outros. Gadotti (2004) também apresenta soluções para este problema, como: o desenvolvimento da consciência crítica; o envolvimento das pessoas na comunidade interna e externa; a participação das várias esferas do governo; a autonomia e a responsabilidade, e a criatividade como processo e produto do projeto.

Segundo o MEC (s.d.), para se mobilizar a comunidade escolar para a construção do projeto político-pedagógico é necessário um conjunto de ações articuladas entre si, dentre elas pode-se destacar: elaboração de livreto ou jornal sobre o projeto político-pedagógico (PPP); elaboração de carta-convite, com explicações sobre o PPP; promoção de palestras, se-

---

minários de trocas de experiências com outras unidades escolares, que já tenham elaborado o seu PPP; debates em sala de aula, organização de atividades culturais centradas na participação democrática na escola e na construção do projeto da escola; dentre outras. Esse trabalho de mobilização também deve envolver representantes de cada segmento da comunidade escolar: estudantes, pais, professores, etc.. Nesse sentido, o conselho escolar desempenha um importante papel no sentido de ajudar nessa mobilização.

Mas na escola há, além do projeto político-pedagógico, as políticas públicas articuladas em função do desenvolvimento da educação pública de qualidade. Um exemplo disso é o PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) que se figura num programa criado pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação. Ele visa o atendimento dos estados e municípios com baixos rendimentos no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O PDE funciona da seguinte maneira: observa-se a escola como um todo, fazendo um levantamento de seus principais problemas, fragilidades e potencialidades, além das taxas de evasão, repetência e abandono escolar. E, diante disso, elaboram-se metas definidas num plano de ação, onde são explicitados os aspectos que poderão melhorar a qualidade da educação ministrada

na instituição. A diferença básica desse programa para o PPP é a aplicação de recursos financeiros e a sua fiscalização, que é mais intensa.

Diante do exposto, se for feito uma comparação com o projeto político-pedagógico, observa-se que os dois programas se complementam e, por isso, devem ser um todo articulado em função da melhoria da qualidade da educação. Toschi & Oliveira (s.d.) estabelecem que o PDE veio para complementar o projeto político-pedagógico, pois, enquanto o PPP é a alma da escola, os recursos financeiros do PDE ajudam na concretização das suas metas. Portanto, a melhor forma de trabalhar PDE e PPP é fazer a união desses dois instrumentos; um voltado para as políticas públicas, destinadas à educação, e o outro para a gestão democrática.

Concluindo, pode-se constatar que o projeto político-pedagógico vai muito além de um simples documento, pois nele constam ações que devem ser elaboradas e colocadas em prática por toda comunidade escolar. Assim, o PPP se estabelece, portanto, como um instrumento democrático, que permite a participação cidadã e a formação da consciência crítica. Em síntese, o projeto político-pedagógico colabora de forma direta com a qualidade permanente da educação.

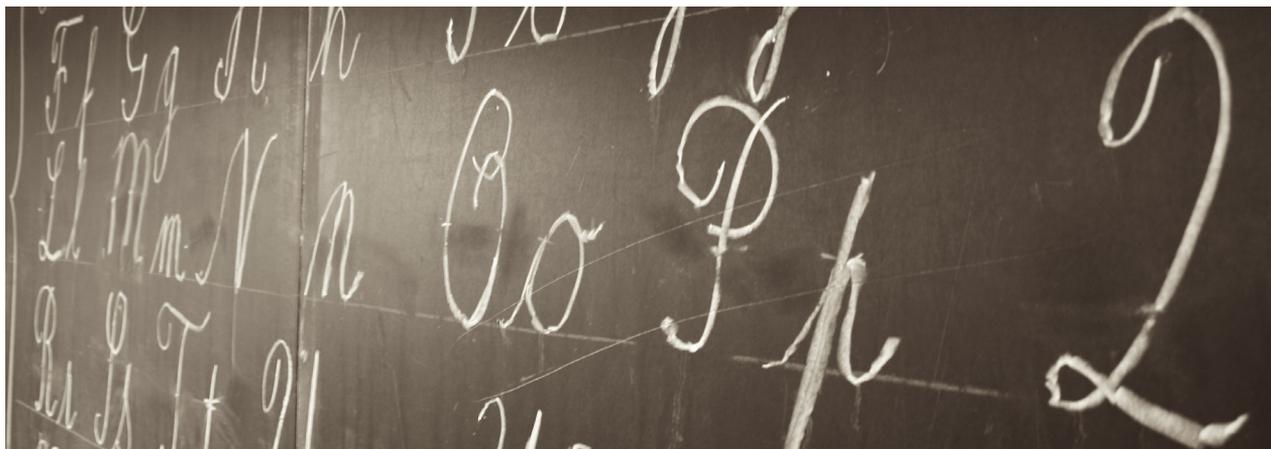


Foto: Vishal Gulati - Pixabay

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola: princípios e propostas** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MEC. **Elaboração do PPP: Estratégias de Mobilização da Comunidade Escolar para a construção do PPP**. Disponível em: [http://www.coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/.../mod03\\_2unid\\_12\\_121.ht...](http://www.coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/.../mod03_2unid_12_121.ht...) Acesso em 16 de agosto de 2012.

\_\_\_\_. **PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões Princípios e Programas**.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. Ed. São Paulo, Ática, 2005.

TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, Marília Fonseca João Ferreira de. **A Relação entre o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o Projeto Político-Pedagógico da Escola (PPP): Concepção e Avaliação**.

VEIGA, Ilma Passos Alancastro; FONSECA, Marília (Orgs.). **As Dimensões do Projeto Político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alancastro. (Org.). **Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.